

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM  
COMÉRCIO EXTERIOR**

**RENATA VARGAS BARBOSA**

**CUSTOS NA GESTÃO PÚBLICA: TEORIA E PRÁTICAS**

**CRICIÚMA  
2014**

**RENATA VARGAS BARBOSA**

**CUSTOS NA GESTÃO PÚBLICA: TEORIA E PRÁTICAS**

Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Administração do curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Cleber Pacheco Bombazar.

**CRICIÚMA**

**2014**

## **DEDICATÓRIA**

Àqueles que diretamente contribuíram para que mais essa conquista fosse alcançada na minha vida, que felizmente, não cabem no espaço aqui concedido.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me possibilita alcançar mais essa conquista e que me orienta em todas as trajetórias almeçadas. Onde eu busco força e sabedoria para ir em busca de todos os sonhos e objetivos.

Obrigada a todos os amigos e colegas que durante toda graduação me incentivaram, me ajudaram e comemoraram comigo cada passo realizado, não hesitando em me assistir em todas as etapas.

Minha gratidão ao orientador, Cleber Pacheco Bombazar, que, com extrema sintonia e paciência, me deu aulas de conhecimento, sabedoria, valores, profissionalismo e competência. Entendeu o objetivo do projeto e me acompanhou para que ele se tornasse possível e ficasse incrível. Com certeza alguém que levo para minha vida como amigo e exemplo de professor e profissional.

Por fim, agradeço aos meus estimados colegas de profissão, que dentro da Autarquia em cada ritmo de trabalho se esforçam e se ajudam para tentar tornar a nossa parte da administração pública mais eficiente, correta e agradável. Que me ajudaram a completar esse projeto e me auxiliaram no entorno dele, contribuindo para que ele ficasse rico e entendível.

## RESUMO

BARBOSA, Renata Vargas. **Custos na gestão pública: Teorias e Práticas**. 2014, 52 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

A gestão das organizações públicas em todas as esferas administrativas é de suma importância para a convivência e evolução da sociedade no país. A responsabilidade, transparência, conhecimento e tecnologia devem ser associadas à capacidade de administração para utilizar os recursos disponíveis da melhor maneira possível, almejando o bem da coletividade. Na gestão, faz-se importante uma observação detalhada na administração das contas, no planejamento e na análise de custos, visto que as receitas dos orçamentos públicos vêm de toda uma nação. Diante disso, o presente estudo teve o objetivo de verificar a ausência ou presença da análise de custos na Autarquia de Segurança, Trânsito e Transportes de Criciúma – ASTC, o trabalho se caracterizou por uma pesquisa descritiva quanto aos fins e bibliográfica e documental quanto aos meios de investigação. A população alvo foi a Autarquia do município de Criciúma, objeto da pesquisa. O estudo caracterizou-se por uma coleta de dados secundários, oriundos do órgão estudado, que receberam uma análise de dados qualitativa. Verificou-se que a organização estudada não possui em seus balanços qualquer indício de que se use um método de custeio. Os balanços apresentados estão de acordo com o exigido nas legislações vigentes, e apresentam superávit e saldos positivos, mas não indicam a presença de uma análise de custos na Autarquia, que seria de grande valia para a administração da empresa no município.

**Palavras-chave:** Gestão pública, Planejamento, Custos.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estruturação das fontes de pesquisa e base de coleta de dados .....	31
Quadro 2: Síntese do delineamento da pesquisa.....	32
Quadro 3: Balanço Orçamentário do Exercício de 2013 .....	34
Quadro 4: Balanço Financeiro do Exercício de 2013 .....	35
Quadro 5: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013 .....	36

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA .....	10
1.2 OBJETIVOS .....	11
1.2.1 Objetivo geral .....	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA .....	11
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>13</b>
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	13
2.2 REFORMA ADMINISTRATIVA .....	16
2.3 PLANEJAMENTO .....	18
2.4 AUTARQUIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTES (ASTC).....	20
2.5 CUSTO GERENCIAL .....	21
2.6 CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	23
2.7 CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O <i>E-GOVERNMENT</i> .....	27
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>30</b>
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	30
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E POPULAÇÃO ALVO .....	31
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS .....	31
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS .....	31
3.5 SÍNTESE DE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	32
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA</b> .....	<b>33</b>
4.1 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2013.....	33
4.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ASTC EXERCÍCIO 2013.....	34
4.3 BALANÇO FINANCEIRO ASTC EXERCÍCIO 2013 .....	34
4.4 BALANÇO PATRIMONIAL ASTC EXERCÍCIO 2013.....	35
4.5 SISTEMAS DE CUSTOS UTILIZADO PELA ASTC E LEGISLAÇÃO PERTINENTE.....	36
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>41</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>44</b>
ANEXO A: BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO 2013 .....	45
ANEXO B: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EXERCÍCIO 2013.....	46
ANEXO C: BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO 2013 .....	47
ANEXO D: BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2013.....	48

ANEXO D: BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2013.....	49
ANEXO D: BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2013.....	50
ANEXO D: BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2013.....	51
ANEXO E: DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	52



## 1 INTRODUÇÃO

Desde as primeiras legislações vigentes relativas à contabilidade da gestão pública, datadas da década de 60, os gestores tem a responsabilidade de evidenciar e cuidar dos custos de suas organizações, realidade essa que não se concretiza desde a promulgação de suas leis.

Seja pela falta de equipamentos e ferramentas eficientes ou pela irresponsabilidade do gestor, o que se nota é que a análise de custos que é de suma importância em qualquer organização não se faz presente quando as empresas envolvidas são públicas. Pouco se nota a matéria também em literaturas do gênero, sendo as mesmas voltadas, em sua grande maioria, para as organizações privadas. (MAUSS e SOUZA, 2008)

A gestão pública enfrenta desde a concepção do Estado e suas obrigações os diversos desafios da administração de modo macro, estando entre elas as mudanças sociais, o desenvolvimento da tecnologia, as técnicas de controle e fiscalização das leis e as demais mudanças que, ao longo dos séculos, dão um norte para onde se deve caminhar a gestão pública.

Conforme analisa Mauss e Souza (2008), a contabilidade governamental estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução das entradas e saídas dos recursos públicos que afetam e fazem variar o patrimônio de uma entidade pública.

Veem-se na sociedade atual divergências na gestão pública que impedem o desenvolvimento e melhoria governamental, sejam elas de cunho objetivo – como por exemplo a falta de uma análise de custos ou a falta da cobrança dentro do ambiente de trabalho – ou subjetivo – como podem ser citados os problemas de ordem política, ou pessoas não qualificadas em cargos gerenciais nos governos.

Apesar das legislações vigentes afirmarem o papel do gestor público sobre finanças e patrimônio, e pedirem o maior controle das contas públicas, nota-se em órgãos do governo a ausência de políticas que mostrem a transparência da gestão, a boa administração da máquina pública e uma maior economia do dinheiro do país. (MAUSS e SOUZA, 2008)

A contabilidade governamental é de suma importância para que melhor se use e administre os recursos arrecadados por meio da sociedade. Pelos

instrumentos de controle, da análise de resultados, da organização e da orientação, baseada nas entradas e saídas de recursos públicos, se dará um melhor investimento, aproveitamento e desenvolvimento do governo. (CAMPELLO, 2000)

Diante disto, este projeto foi desenvolvido para estudar melhor a análise de custos, a gestão pública, a interação entre as duas – pouco abordada nas literaturas – e como estas podem estar ou não presentes no órgão de trânsito de Criciúma, a Autarquia de Segurança, Trânsito e Transportes de Criciúma - ASTC.

## 1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

O poder público é ferramenta essencial para a boa convivência e desenvolvimento da sociedade. A forma momentânea que o gestor público administra o patrimônio da coletividade gerará reflexos positivos e/ou negativos na sociedade que podem perdurar muitos anos.

Toda organização, dentro de sua contabilidade, deve adotar um sistema de custos que seja eficiente. O mesmo auxiliará na forma como se utilizarão os resultados econômicos da administração, o planejamento, e verificar se as metas e objetivos foram alcançados com maestria. Ressalta-se ainda, que não existe um sistema de custos padrão para qualquer empresa. Cada organização adota o sistema de custo que mais se adapte à sua complexidade e as necessidades que a entidade e a gestão definir importantes para um melhor efeito. (MAUS; SOUZA, 2008)

Com a ampliação e a diversificação do papel do Estado no desenvolvimento da nação, a política da gestão pública foi orientada para uma descentralização de decisões. O poder de decisão, antes concentrado apenas na gerência e nos cargos de confiança sobrecarregavam os diretores, desviando as decisões mais importantes, como o planejamento e a gestão da empresa para questões secundárias. Essa descentralização permitiu que a integração dos setores e uma sistemática entre toda a empresa fosse concretizada, melhorando a administração e os resultados das organizações públicas. (TEIXEIRA; SANTANA, 1994)

A Autarquia de Segurança, Trânsito e Transportes de Criciúma nasceu da necessidade de melhores e contínuos serviços para o desenvolvimento da segurança, trânsito e transportes no município de Criciúma. Criada pela Lei 5390 de 2009, o órgão de trânsito da cidade aplica a guarda do patrimônio público municipal,

orienta, desenvolve, controla e planeja as atividades e deveres com relação ao trânsito e transportes, além de educação e cidadania para o trânsito, e ações preventivas para a segurança do município. (CRICIÚMA, 2009)

Diante desta situação, observa-se a necessidade de levantar a seguinte questão: **A análise de custos está presente ou ausente na gestão pública da Autarquia de Segurança, Trânsito e Transportes de Criciúma?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Verificar a existência da prática de análise de custos no órgão de trânsito da cidade de Criciúma, a Autarquia de Segurança, Trânsito e Transportes de Criciúma – ASTC.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Promover o levantamento bibliográfico sobre o tema análise de custos;
- b) Promover o levantamento bibliográfico sobre o tema gestão pública;
- c) Levantar documentos do órgão de trânsito relacionados às demonstrações econômico/financeiras do mesmo;
- d) Verificar, dentro dos limites impostos pela Autarquia, a vinculação da teoria e prática do que foi levantado bibliográfica e documentalmente.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Este projeto tem por objetivo explicar teorias relacionadas à análise de custos e à gestão pública, sendo que após as mesmas, será feita uma verificação da presença ou ausência da referida matéria na Autarquia de Segurança, Trânsito e Transportes de Criciúma. É importante que se atinja o objetivo do estudo, visto que a questão é de suma importância para qualquer organização, seja ela pública ou privada, para melhor desenvolvimento, aproveitamento e administração.

Pode-se dizer que o estudo é relevante para a pesquisadora, para a empresa, para a universidade e para os cidadãos da cidade de Criciúma, visto que o impacto da análise de custos dentro do órgão influenciará na gestão de todo um município. A pesquisadora poderá ampliar sua capacidade produtiva, como funcionária da Autarquia, e seu conhecimento pessoal e profissional. A empresa poderá utilizar das informações para melhorar e capacitar sua gestão, influenciando em todo o povo, e a universidade poderá utilizar da pesquisa para beneficiar outros pesquisadores, além de organizações que tenham interesse.

Salienta-se que o momento é oportuno para o estudo, visto que o órgão se beneficiará do mesmo, e estará aberto à sugestões para melhoria da administração pública. É oportuno também para a pesquisadora, que desenvolve sua carreira profissional na organização em questão.

Por fim, o estudo é viável, pois a informação da organização é pública e acessível, o resultado da pesquisa será de interesse da gestão do município e as melhorias poderão ser aproveitadas por todos os munícipes e visitantes da cidade de Criciúma.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com temas tão relevantes e de fundamental importância para a sociedade, contextualizar os temas para entendimento destes assuntos tão amplos se faz essencial. Assim sendo, os próximos títulos deste capítulo abordarão informações para contextualizar a base da pesquisa deste trabalho, com base em outros autores.

### 2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Presente em todos os poderes da União, a administração pública é essencial para a sociedade e está presente em todas as horas do dia a dia do cidadão. A mesma, aqui no Brasil, ainda é negligenciada por alguns habitantes, que não se informam, não contribuem, e não exercem seus direitos e deveres, para colaborarem com o desenvolvimento ao seu redor. (MAUSS; SOUZA, 2008)

Castro (2013) descreve que a administração pública deve ser vista, de forma jurídica, como o contraponto da administração privada. Apesar de ser uma diferença simples e objetiva, ela marca o diferencial legal entre as gestões: enquanto na privada tudo pode ser feito, exceto o que a lei proíbe, na pública apenas o que a lei confere é que pode ser realizado. Admite-se, assim, o despreparo de determinados governantes em relação à administração pública, e a falta de sincronização entre o legislativo e o executivo, para que entraves burocráticos e legais sejam preparados de modo que o serviço flua de maneira a atender as necessidades da população.

Conforme descreve a Constituição Federal, datada de 1988, a administração pública deve obedecer a princípios básicos, de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Isso significa que o governo, responsável por legislações e parâmetros que ditarão regras para um grupo ou para milhares de pessoas, deverá estar sempre de acordo com as legislações vigentes, deve ser impessoal, tratando sempre dos interesses comuns dos cidadãos, primar pelos bons costumes, ser transparente, tornar público todos os passos adotados e obriga-se a relacionar os recursos empregados e os resultados obtidos, da melhor maneira encontrada. (BRASIL, 1988)

A administração pública sempre obteve como desafio adaptar-se e desenvolver-se num mundo de rápidas e constantes mudanças. Mudanças sociais, afetivas, políticas, tecnológicas e públicas. Adaptar-se a essa mudança, mantendo um serviço eficiente, moral, legal e público não é tarefa fácil. Tratar do desenvolvimento de uma empresa, trabalhando com o sentido macro, onde vivem milhares de pessoas, de diferentes costumes, culturas e educações, ampliando o acesso e o serviço, levando em consideração as alterações sociais e tecnológicas são provocações constantes para todo o gestor e todo servidor público, deparando-se constantemente com essas e outras diversas situações diariamente. (TROSIA, 2001)

Matias - Pereira (2007) defendem que na gestão pública o governante depara-se com uma matéria mais ampla, comparada à gestão privada. O que se mede em valores no negócio com mais facilidade em um ambiente privado não se faz com tal rapidez na corporação pública. Gerir e administrar a máquina governamental é mais ambíguo e complicado, visto que dentro de uma empresa privada se tem conceitos de valores mais e melhor definidos, sendo uma das buscas do gestor privado apenas o lucro e a posição dentro do mercado competitivo, funções estas não objetivadas pelo administrador público. Transcende dessas questões, dentro da administração pública, assuntos como legitimidade e legalidade, entre outros que estão acima dos padrões restritivos dos negócios.

A gerência pública, tratando de modo administrativo, não difere muito do que se faz dentro de uma organização privada. Dentro dos afazeres de um servidor público e privado, ambos devem manter e desenvolver fontes e recursos, e ambos têm responsabilidades sobre estes. A essência principal na esfera governamental é que os recursos e fontes mencionadas são de uso e posse da sociedade, o que lhes infere um maior comprometimento, uma maior transparência e um maior nível de ética. Esta última constantemente confundida e deturpada pelos meios políticos e por ações nocivas ao povo, tendo como maior exemplo no Brasil a corrupção. (SANTOS, 2006)

O processo da gestão pública tem uma importância significativa no desenvolvimento da sociedade, visto que decide e age sobre aspectos cruciais, interferindo diretamente no processo de mudança sobre uma população. A função pública, então, tem um papel marcante no processo histórico de cada sociedade, dado um determinado momento. Faz-se essencial a visão estratégica que orienta o

Estado, para que se mantenha a sinergia do exercício da gestão pública. (TEIXEIRA; SANTANA, 1994)

Santos (2006) descreve que a gestão implica em atendimento a parâmetros básicos: tradução da missão; realização de planejamento e controle; administração de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros; inserção de cada unidade organizacional no foco da organização e tomada de decisão diante de conflitos internos e externos. Na gestão pública, amplia-se ainda o leque de decisões somando as cargas políticas e governamentais que se aliam e se confundem entre os poderes. As esferas administrativas municipais, estaduais e federal incorporam suas deliberações juntando técnica, leis e regulamentos, política e gestão.

Esta mesma gestão associa-se constantemente, também, a uma fase de determinado mandato, visto que a rotatividade de mandantes e interesses dentro de um serviço público é grande e variável. O que leva também a concluir que a administração, desenvolvimento e conseqüentemente gestão serão sempre vinculados a um determinado tempo, o mesmo do mandato do governante em exercício. (SANTOS, 2006)

Partindo de um histórico militar, reformista e pós reformista, analisa-se os dois últimos planos de governo (Fernando Henrique Cardoso – FHC - e Luis Inácio Lula da Silva), e observam-se diversas mudanças. Com a abertura de mercado iniciada pelo governo Collor e sua herança negativa e desprestigiada, FHC marcou seu governo por uma reforma estrutural e fiscal, criou inovações na sistemática do planejamento e incorporou algumas conquistas com a reforma Bresser – feitas pelo então ministro da Reforma, Luis Carlos Bresser Pereira – esta sendo focada numa gestão baseada em resultados (a gestão gerencial) e tirando o lugar da gestão antes baseada apenas na legislação e burocracia. Com a vinda da era Lula, e a carga deixada por FHC, o então presidente continuou iniciativas vindas da gestão anterior e reforçou políticas importantes para a gestão pública administrativa, que dão mais transparência e controle da administração, com um maior *accountability*, uma gestão mais participativa pela sociedade e gerencial no campo de vista fiscal. (ABRUCIO, 2007)

Ao final de cada ano, o resultado das decisões da administração dos gestores será levantado com as demonstrações contábeis. Schneider e Miguel (2013) explicam que a gestão de órgãos públicos é feita com base em três pilares

essenciais: as atividades orçamentária, financeira e patrimonial. Estas atividades estarão expressas nas contas da contabilidade pública, onde será evidenciado também as notas explicativas, que trarão dados ou informações para o correto entendimento das contas demonstradas. Essa gestão ao final do ano será divulgada para que se tenha a noção se naquele ano trabalhado houve ou não crescimento, para que se faça transparente a administração do governo e para que os gestores e a população saibam do aproveitamento e desenvolvimento do dinheiro público.

## 2.2 REFORMA ADMINISTRATIVA

Com o endividamento da União na década de 80, a política e administração pública concentraram suas funções para uma reforma estrutural do país, para ajustes de ordem fiscal e para interesses que regulassem e abrissem o mercado, de modo a dar conta da situação que enfrentava o Brasil. Ainda nessa linha, enfrentando uma reforma estrutural no país, as forças se concentraram na década de 90 para fazer uma reforma administrativa, com o intuito de reconstruir a máquina pública, modernizar a gestão que estava em vigor e concretizar mudanças que na época se faziam necessárias. Essa reforma, concretizada e respaldada pelas Emendas Constitucionais 19 e 20 de 1998, além de melhorarem a gestão administrativa pública brasileira, criaram mecanismos para que se incentivassem as políticas de transparência e controle social das atividades que o governo desenvolve. Tratou de melhorar os regimentos em relação aos gastos públicos, aos convênios com o Estado e o assunto em relação aos servidores públicos, sua estabilidade e seus vencimentos. (SILVA, 1999)

A legislação federal intensificou a fiscalização, no novo milênio, com a ideia de uma gestão com maior responsabilidade fiscal, e maior controle das contas públicas, promulgando a Lei da responsabilidade fiscal, que ditou normas mais severas para controle do gasto, maior eficiência e moralidade na administração governamental e exigindo, em seu artigo 50, que a administração pública mantenha um sistema de custos, que permita a avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. (BRASIL, 2000)

Observando a trajetória recente na gestão pública brasileira com relação às reformas e renovações após as modificações estruturais e fiscais, Abruti (2007) propõe quatro eixos estratégicos: profissionalização, eficiência, efetividade e transparência/*accountability*. Cabe salientar nesse eixo que a efetividade colabora



diretamente com o planejamento, tendo os resultados auxiliando nas políticas governamentais de longo prazo e a transparência aplicada durante o processo de reforma dá assistência ao melhor e maior controle para a sociedade e as esferas administrativas.

Ainda nesse sentido pouco se observa literaturas sobre a questão do sistema de custos, e pouco a federação faz para que seja implantado, cobrado e fiscalizado esse sistema de gerenciamento, para que, conforme dita a constituição, exista e se obedeça o princípio da economicidade. (ALMEIDA; BORBA; FLORES, 2009)

A reforma também mudou um parâmetro essencial que travava e burlava muito o serviço público: a centralização. Descentralizar os serviços e dar certa autonomia para os órgãos desenvolve melhor o trabalho a se fazer dentro do governo, dá mais rapidez aos serviços e realizações e embutem responsabilidades diferentes às esferas, fazendo com que se rompa mais um desafio dentro do mundo burocrático em que se encontra a gestão de um governo. (SILVA, 1999)

Em contra partida, conforme observa Abrucio (2007), a descentralização, em um país tão desigual quando o Brasil, facilitou uma atuação mais autárquica entre os níveis do governo, fazendo com que pouco se incentivasse a cooperação intergovernamental, gerando alguns resultados negativos nas políticas públicas.

Descreve Matias e Pereira (2007) que, com a transparência do governo, veio também o fortalecimento dos laços com o cidadão. O governo deve evidenciar ferramentas que garantam uma informação completa, objetiva, confiável e de fácil acesso. A participação deve proporcionar ideias, propostas e mecanismos capazes de possibilitar novas fórmulas de políticas governamentais e essa direção responsável é capaz de burlar a corrupção e mobilizar a política e a sociedade civil para uma governança capaz de controlar aqueles que têm o poder nas mãos. Essa mobilização dos cidadãos deve ser constante e crescente, para que a administração pública seja cobrada, analisada e melhorada com a ajuda daqueles que mais necessitam de um poder público eficiente: o povo. Quanto maior a confiança da população em seu governo, maior será o setor público.

Junto a esse fato, ocorrem atualmente movimentos sociais que modificam essas políticas governamentais, que incentivam a participação popular e que estão influenciando na capacidade produtiva e na opinião eleitoral da população brasileira em relação à governança pública. Estes movimentos apoiam a maior fiscalização do

uso dos recursos públicos, uma maior efetividade do setor e a melhor administração para o governo das esferas administrativas. (ALMEIDA; BORBA; FLORES, 2009)

Observa-se que a reforma administrativa em curso no país está em construção, por meio de novas estruturas institucionais, novos instrumentos de gestão e novas formas de controle. Ela busca, por meio desta construção, um modelo de gestão que possa oferecer mais transparência, melhorar a qualidade e oferta dos serviços ao cidadão, aperfeiçoar o sistema de controle social, erradicar o maior mal dos governos nesse país – a corrupção – e valorizar o setor e o serviço público, muitas vezes desacreditado pelo povo brasileiro, entre outras melhorias. (MATIAS - PEREIRA, 2007)

### 2.3 PLANEJAMENTO

O objetivo maior da administração governamental é a população. Faz-se essencial e primordial que o governante e os servidores em exercício tenham claras as suas ideias do que fazer pelo bem comum. Todos os atos do governo, em maior ou menor proporção modificam as atitudes de todos e têm consequências que afetam todos os brasileiros, agentes públicos ou não. A provocação constante em que sempre se encontram os agentes públicos é em como reconstruir o Estado, dentro de um mundo globalizado e de rápidas mudanças. (SANTOS, 2006)

Dentro da administração, seja ela pública ou não, e da parte de custo gerencial dentro da gestão de qualquer negócio, a base estrutural é o planejamento. Ele servirá de alicerce para que os outros setores possam se orientar e executar as ações. É o planejamento que dá os objetivos, as metas a se atingir na empresa, que tipo de método e de controle será utilizado e como será a fiscalização de todo o sistema. Ele é um instrumento bárbaro, que poderá instruir a organização, mas que deverá ser complementado, não sendo este o único fim para um desenvolvimento saudável no governo. Acontece em algumas esferas, e esse é um ato extremamente nocivo, dos governantes em poder não utilizarem desta ferramenta, e aplicarem, no improviso, as situações que consideram de melhor avaliação, no momento e na base estabilizada. Esse tipo de improviso atrasa a evolução da administração, visto que o que se faz no imediatismo pode não ser o recomendado para uma liderança em sentido macro e comum, como é a gestão dos recursos públicos. (SANTOS, 2006)

O imediatismo pode também provocar consequências que perduram durante muitos anos, e pode fazer com que se haja muito no serviço público o chamado retrabalho. A partir do momento que o gestor delibera uma ação onde a mesma requeira estudo, práticas, projetos e tempo e estes não são feitos, provocam na cadeia atos falhos, e os mesmos, em determinado tempo, deverão ser consertados e melhorados. Este atraso, e o conseqüente retrabalho, fazem parte dos gargalos enfrentados numa gestão governamental que toma decisões imediatistas, além de elevar o custo dos serviços e do material a ser implantado ou reimplantado na organização em questão. (SANTOS, 2006)

Uma das cargas negativas dos governos deste país é a falta de planejamento, ou mesmo a descontinuidade de algum que venha a existir. Isso pode acontecer pela quebra dos ciclos das gestões, pela falta de um planejamento global abrangente, ou mesmo pela deficiência e instabilidade das equipes técnicas que se fazem a cada mudança de governante. A cada ruptura de administração e processo decisório se rompem também investimentos, projetos e controle, resultando em desgaste e ineficiência com as contas públicas. (TEIXEIRA; SANTANA, 1994)

Com a reforma administrativa, veio também a necessidade da implantação do planejamento estratégico, dando conta de que o processo de gestão e o planejamento das ações e resultados deve ser feito de uma forma contínua, tem de se incorporar de forma sistemática e conta com a dinâmica de que o futuro tende a ser diferente do passado, com mudanças comportamentais, sociais e tecnológicas. Deve estar atrelada ao comportamento e pensamento dos servidores para que a máquina pública desenvolva-se não apenas com a cabeça do gestor, mas se difunda sua missão e seus preceitos em toda a organização e em todas as esferas. (SANTOS, 2006)

A sistematização do planejamento, integrando os diversos setores e esferas administrativas é conveniente visto que uma interação entre as partes envolvidas no processo otimizam o objetivo global de serviço para o cidadão. Nesse contexto Teixeira e Santana (1994) citam que o planejamento integrado é um elemento que deve fazer junção às funções do setor público, não sendo este um único modelo de planejamento, tendo necessidade de um modelo de apoio ao mesmo, mostrando uma abordagem racional de uma realidade tão complexa que é a integração e sistematização do serviço público.

Dando conta da última administração vigente, a União deu grande e importante passo na gestão pública com a participação social e uma democracia que incentivou e discutiu mais e melhor o Plano Plurianual com a sociedade, este essencial para o planejamento das metas e resultados dos governos federal, estadual e municipal. (ABRUCCIO, 2007)

#### 2.4 AUTARQUIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTES (ASTC)

Inserida na área central do município de Criciúma, a Autarquia de Segurança, Trânsito e Transportes (ASTC) tem sua sede desvinculada à Prefeitura, facilitando o acesso da população. A autarquia é o órgão competente de trânsito e transportes que oferece também aos munícipes os serviços de segurança pública patrimonial municipal e de fiscalização relacionada aos serviços do órgão. A empresa é regida pela Lei municipal 5.390 de 2009 e sua alteração, a Lei municipal 5.623 de 2010, e tem como base os princípios de universalidade, equidade e integralidade.

Conforme descreve o dicionário Aurélio (2010) autarquia significa entidade de direito público, autônoma em sua atividade técnica ou administrativa, fiscalizada e tutelada pelo Estado, que às vezes lhe fornece recursos, e de cujos serviços constitui órgão auxiliar.

Isso significa que uma autarquia é a entidade que oferece exclusivamente serviços que sejam de interesse da sociedade, visto que as mesmas devem ser regidas por lei, onde apenas o Estado pode criar. Estas constituem serviços autônomos, tem personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprias e precisam, para ter melhor funcionamento, de gestão descentralizada. (BRASIL, 1967)

Conforme dispõe a Lei Municipal 5.390, de 6 de novembro de 2009, a Autarquia de Segurança, Trânsito e Transportes de Criciúma – ASTC – foi criada a partir da Empresa Pública de Trânsito e Transporte de Criciúma, conhecida popularmente no município como CRICIÚMATRANS. A mesma foi criada para que um novo jeito de gerir trânsito, transporte e segurança fossem iniciados em Criciúma. A autarquia conta com ações contínuas para a efetividade do trânsito na cidade, administra as questões referentes ao transporte coletivo, especial, veículos pesados, controle e fiscalização, melhorias no trânsito e transportes, sinalização, prevenção e educação para o trânsito, entre outras ações. Conta com os agentes da autoridade de trânsito e transportes que trabalham com a fiscalização e educação no

trânsito e a guarda municipal que cuida da guarda dos bens e patrimônios de Criciúma, além de ajudar nos trabalhos preventivos comunitários de segurança com cidadania. (CRICIÚMA, 2009)

Auxiliando o governo do município e sob a supervisão hierárquica do mesmo, a ASTC contribui e administra o controle do trânsito e transportes, prima pela educação e cidadania para o trânsito, colabora com a prevenção de acidentes, sinistros e atividades ilícitas, organiza e fiscaliza questões e ações apropriadas para o desenvolvimento urbano e planejamento da mobilidade social. (CRICIUMA, 2009)

## 2.5 CUSTO GERENCIAL

Mauss e Souza (2008) afirmam que dois aspectos básicos são considerados para se demonstrar um sistema de custos. Primeiramente se avaliaria a natureza do processo de produção, esta dando conta da forma como o serviço é prestado. Posteriormente se notaria qual o tipo de custo utilizado, se o mesmo é incorrido ou predeterminado. Uma terceira análise também seria possível a partir das duas primeiras, que seria o método de custeio a ser adotado. O sistema de custos que a organização adotará dependerá também da estrutura do governo, do objetivo que se almeja com o sistema, do nível de informação a ser passada e dos relatórios de custos e gerenciais. Diversas são as formas de custeio a serem adotadas por uma organização. Serão apresentadas as mais comuns a seguir:

Custeio por absorção: Outras denominações possíveis são custeio Pleno ou Integral. Este método de custeio, como o próprio nome indica, absorve todos os custos ocorridos, sejam eles diretos, indiretos, fixos ou variáveis. É um método derivado dos princípios fundamentais de contabilidade, usado em diversas formas, comumente em relatórios para o público ou para o fisco. Vale ressaltar que este método separa as despesas dos custos, enquanto um será apresentado no resultado e o outro será atribuído aos serviços. Este tipo de custeio necessita da realização do rateio dos custos indiretos aos serviços, o que gera subjetividade e arbitrariedade ao valor do custo final. Deste modo, o custeio por absorção desenvolve contrariedades e dúvidas, principalmente na organização pública, que conta com diversos gastos indiretos. Cabe ao gestor escolher se este é o método ideal a ser utilizado ou se precisará de um meio mais preciso para demonstrar e contabilizar seus gastos. (MAUS; SOUZA, 2008; CHERMAN, 2008)

Custeio Direto ou Variável: O custeio direto consiste num método que dá ênfase à contribuição que cada serviço oferece para a cobertura do custo indireto total na organização e para a geração do lucro na empresa. A lucratividade dos serviços é representada pela margem de contribuição direta, para fins de determinação de um resultado final positivo para a entidade. O custeio variável aloca aos serviços apenas os custos variáveis, onde os fixos serão considerados despesas já que vão ocorrer independentemente do volume de produção, eliminando a necessidade de rateio. A lucratividade é medida pela margem de contribuição e sua informação é menos abrangente. O método de custeio direto age de forma mais global e objetiva no serviço público, dado que seus gastos são predominantemente indiretos. (MAUSS; SOUZA, 2008; CHERMAN, 2008)

Custeio baseado em Atividades – ABC: Esse foca nos custos indiretos por atividades e não por centros de custos, ou setores. Em 1960, preocupada com o aumento de seus custos indiretos, a General Electric (GE) resolveu propor uma técnica baseada em direcionadores de custos. Vale ressaltar que o modo é complexo, demandando tempo e análises demoradas, visto que o mesmo mensura custos em todo o seu processo de desenvolvimento, produção e comercialização. Demanda também estrutura de pessoal, equipamento e consultoria para aplicar o método. O custeio baseado em atividades é mais amplo e completo, sendo bastante utilizado em empresas que possuem altos índices de custos indiretos e um mix variável de produtos. O método justifica-se também nas organizações públicas, estas tendo serviços diversificados e altos custos indiretos. Seu método identifica e relaciona os custos indiretos com determinada atividade e, numa segunda etapa, determina quanto de cada atividade é dedicada ao objeto de custo. Seu maior benefício é para fins gerenciais, dando suporte ao sistema contábil. (MAUSS; SOUZA, 2008; CHERMAN, 2008)

Com toda a reforma estrutural e fiscal que se passou no Brasil, a política pública de custos do país começou a mudar seu âmbito, passando da burocracia de ser estritamente fiel as legislações e regulamentos para focar mais na prática de resultados e aproveitamento dos recursos. A eficiência teve reconhecimento e o que se usava apenas como números para meros relatórios, passou a ser ferramenta essencial para gestão e principalmente para o planejamento dos gastos e transparência na administração, estas últimas ainda não utilizadas por todos os governos, e pouco incentivadas na área governamental. Ainda com esta realidade,

há que não se negar que o custo gerencial faz total diferença quando inserido dentro de uma organização. A ideia de olhar com uma outra visão os recursos disponíveis, e a estratégia de se identificar e sanar problemas nessa ramificação permite não só que se gaste menos, mas essencialmente que se gaste melhor os recursos públicos disponíveis. (ALMEIDA; BORBA; FLORES, 2009)

A contabilidade geral e de custos é uma ferramenta essencial para gestão. Conforme diz Mauss e Souza (2008), a sua utilização nas empresas foi acima da expectativa, sendo utilizada hoje como ferramenta estratégica, seja ela na cadeia de valores, no posicionamento estratégico, no custo dos concorrentes ou como determinante em custos da empresa. Tudo isso coopera para que a organização melhore seus serviços e obtenha vantagem competitiva no mercado. A matéria, buscando seus dados no sistema contábil da empresa e no ambiente, busca suprir informações para a melhor tomada de decisão, tirando informações relevantes e que contribuam para a mudança dos resultados obtidos pela organização. Dentro do enfoque jurídico, a contabilidade gerencial não possui normatização de caráter tributário ou societário, sendo que a legislação apenas dita que a mesma deve servir de base para a transparência dos serviços públicos, e não como e onde deve ser utilizada.

O custo gerencial na administração pública deve levar em conta o valor arrecadado pela sociedade. Essa limitação deverá estar ciente no planejamento do gestor, que deverá escolher projetos, ações e programas que atendam a necessidade da população, produzam o melhor resultado possível, atenda os objetivos propostos, e seja eficiente e eficaz na mensuração do resultado final. Todos os projetos devem estar nas orientações estratégicas do governo, dentro do orçamento público e devem reverter na melhor produtividade do serviço público. A preocupação da atualidade frente a administração pública já não se faz mais em relação à confiança na probidade dos serviços por ele realizados mas na confiança do desempenho e resultados gerados pelos serviços pretendidos, pela efetiva administração da máquina pública. (MATIAS – PEREIRA, 2007)

## 2.6 CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O sistema de custos na administração é uma importante ferramenta de controle e gerenciamento dos recursos. Conforme descrevem Mauss e Souza (2008) o orçamento reflete o resultado do planejamento operacional e também pode ser

considerado um elo entre os instrumentos de planejamento e de finanças, para que os planos pretendidos se tornem possíveis.

Dentro da administração pública, o gestor terá na contabilidade governamental a ferramenta para o exercício de controle e análise dos assuntos de ordem financeira e econômica, ficando responsável por um sistema de custos na administração e orientando para o melhor andamento das informações financeiras. (MAUSS; SOUZA, 2008)

Bresser Pereira (1998) cita que a administração gerencial deu sinal já em meados de 1938, a partir do surgimento da primeira autarquia. A preocupação com a gerência de custos e com funções executivas, e não meramente políticas, começava a surgir junto com a administração indireta. Com a emergência do capitalismo e da democracia se via a necessidade de separar a figura do administrador público e do político, tornando essencial a administração por resultados. Com uma política mais madura, a administração gerencial parte da base que exclui o burocratismo, delegando autoridades e responsabilidades e cobrando posteriormente os resultados pretendidos pelo governo.

O sistema de custo gerencial público é um assunto que vem crescendo muito no Brasil e no exterior. Se busca e cobra um sistema de gestão que possa servir de base para análise e tomada de decisões e para que se mostre um governo eficaz com relação aos gastos públicos. Apesar da negligência da população com relação à política e governança pública, é crescente a preocupação com relação à parte econômica da administração. No que tange à União, a portaria 945 de 2005 instituiu a Comissão Interministerial de Custos, que faz estudos, diagnósticos, propõe diretrizes, métodos e procedimentos para que se implante um sistema de custos no governo federal. Este será capaz de mostrar, com maior clareza, que rumos está tomando a gestão orçamentária e financeira do país. A mesma comissão apresenta também, em seus relatórios, experiências que deram certo com o sistema de custos, destacando organizações públicas como o Banco Central do Brasil (este com o sistema mais avançado) e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). O sistema vem ajudar as entidades públicas a evidenciar os resultados econômicos e financeiros para os órgãos fiscalizadores e para a sociedade como um todo, fazendo cumprir da melhor maneira o que dispõe a legislação, no que tange aos serviços de contabilidade da máquina pública. (MAUSS; SOUZA, 2008)



Trosa (2001) discute que o principal tema de pesquisa das organizações públicas é gerenciar. Não apenas gerenciar recursos, ou o uso do orçamento público, mas como gerenciar os resultados obtidos na organização, a partir dos serviços públicos prestados. Para tal, o sistema de governo deve montar uma administração sistemática, pró ativa, preocupada com um serviço de qualidade e engajada no objeto principal da administração: o melhor serviço a se prestar para o cidadão.

O modelo de gestão de custos por resultados dentro de uma organização pública se baseia no planejamento estratégico, que interage com os resultados e recursos disponíveis para que se atue e se projete mudanças para os rumos futuros. A administração por resultados se faz mais vantajosa e aplicável, pois é uma administração mais consciente, preocupada com a minimização de erros, mais econômica, eficaz e transparente, permitindo ao final da gestão a mostra dos resultados obtidos a partir do início de seu processo: o planejamento. (MAUSS; SOUZA, 2008)

Ainda que o setor público não possua em seus serviços concorrentes diretos, se faz necessária, como em qualquer organização, a adoção de estratégias de controle e de ação, planejamento para seus objetivos específicos e para a obtenção de recursos, planos para a execução de seus serviços, visto que existem forças políticas contrárias e entidades privadas que possam vir a exercer serviços similares aos do governo. (MAUSS; SOUZA, 2008)

Mauss e Souza (2008) descrevem que no ano de 2000 o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apresentou estudo relacionado ao tema de gestão de custos na administração pública, e constatou a falta de cultura da gestão de custos na governança pública, bem como a dificuldade dos gestores em diminuir os gastos, visto que não dispõem de sistema de controle de custos adequado para utilizar como ferramenta para sua melhor administração. Realidade essa que impede que um melhor aproveitamento das contas públicas sejam feitas, e que impede um maior controle e um melhor planejamento e custeio seja realizado na área governamental.

A participação social também pode influenciar para a melhor cobrança dessas estratégias de ação e controle, e o poder público deve, também, criar mecanismos que controlem e cobrem essa fiscalização para que se possa exercer

uma política pública eficiente e transparente com os gastos públicos. (ALMEIDA; BORBA; FLORES, 2009)

Utilizada para avaliar o desempenho e, se necessário, aplicar ações corretivas, o controle é uma função administrativa essencialmente regulatória. Ele fará com que os objetivos e metas sejam atingidos interagindo com os planos previstos pela empresa, regulará as ações do agente público, avaliará o rendimento de cada servidor e fará com que se cumpra estritamente o que a legislação determinar. Além de analisar os resultados obtidos, o controle é uma forma de o órgão buscar aperfeiçoamento constante, e de garantir o cumprimento do seu plano de governo. (SANTOS, 2006)

Com as reformas estruturais feitas na União, a mudança tecnológica ajudou muito nas formas de controle instituídas no governo. A partir da gestão gerencial da máquina pública, a implantação de políticas de transparência e controle social facilitou esse sistema e modernizou essa área tão necessitada. (PEREIRA, 2008)

Santos (2006) afirma que após o período pós guerra, com o desenvolvimento de políticas públicas que promovessem o desenvolvimento econômico e dos serviços públicos, o Estado passou a se preocupar com a qualidade dos serviços, sendo este voltado aos clientes e mais receptivo à mudanças e com mais noções de direito do consumidor. Com essa dinâmica, o controle da qualidade no serviço público passou a ser cobrado não apenas no seu início, mas também nos resultados que o mesmo produzia e na satisfação que esta gerava à população. No que tange ao controle administrativo, este serve para o controle do órgão sobre suas próprias atividades, para que a mesma esteja e permaneça dentro da legislação, em constante aperfeiçoamento e da maneira mais econômica e eficaz possível. A maneira mais recorrente de controle administrativo num órgão público se encontra no processo administrativo. O controle das finanças públicas, por sua vez, se faz mais complicado e mais cobrado que os controles de qualidade, administrativo, legislativo ou judiciário e este é feito conforme sua natureza jurídica e sua função.

A administração financeira trata, da maneira mais eficaz possível, dos recursos necessários para a satisfação dos resultados pretendidos pelo governo e pelas metas as quais se quer atingir. A técnica se baseia na captação, aplicação e distribuição eficiente destes recursos. Uma autarquia, que tem personalidade jurídica

própria, tem nessa administração financeira autonomia para o planejamento, compra e distribuição das finanças. A autonomia financeira pode ser vista como um diferencial positivo, visto que forma um sistema de funcionamento mais rápido na administração das finanças. (SANTOS et al, 2014)

No que compete à relação do custo com as demonstrações contábeis, o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, regulado pela portaria STN 467, de 6 de agosto de 2009, delimitou um Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP – com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis utilizadas nos órgãos governamentais, padronizando as demonstrações nacionalmente e adequando às normas nacionais vigentes e aos agentes externos, possibilitando que a médio ou longo prazo essas práticas possam convergir com as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público – NICSP. O plano atende as necessidades de informações dos governos e é feito em classes, tendo uma estrutura para padronizar as três esferas de governo. Seu foco também atende as necessidades ditadas na Lei de Responsabilidade Fiscal e nas Normas Gerais de Direito Financeiro, orientadas pela Lei complementar 101 – 2000 e 4.320 – 1964, respectivamente. Essencialmente, o PCASP trata as informações contábeis segundo sua natureza, segregando as mesmas em Patrimonial, Orçamentária ou de Controle. (FEIJÓ e RIBEIRO, 2014)

## 2.7 CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O *E-GOVERNMENT*

Com os avanços notáveis da tecnologia e as mudanças sociais que se desenvolvem em todas as sociedades, na atualidade diversos são os serviços que se disponibilizam pelo meio digital, sendo alguns acessíveis apenas nesse meio. (FERRER; SANTOS, 2004)

De acordo com Ferrer e Santos (2004), no desenrolar da década de 90, o país adquiriu uma consciência coletiva de que era necessária uma mudança para que o comércio eletrônico fizesse parte do dia a dia da população. Entre os fatos que expressaram o princípio da mudança nessa época está o Programa Sociedade da Informação, lançado em dezembro de 1999, que deu molde às atividades relacionadas à tecnologia da informação no país. Antes dessa década, não haviam diretrizes que orientassem a gestão eletrônica no serviço público, e as atividades

que ocorriam eram feitas de forma dispersa, e não sistematizada, ora encontrada em dados de senso ou editais governamentais, ora associada ao pagamento de impostos ou declaração de imposto de renda.

Uma das ineficiências no setor público é a necessidade de diversos servidores, haja vista que para o serviço ser completado, vários setores deverão ser consultados. A internet, por sua vez, oferece solução para este tipo de ineficiência, sendo uma ferramenta facilitadora do processo e contribuindo para que o governo trabalhe melhor, mais eficientemente e com menor custo para o cidadão. A expressão governo eletrônico – *e-government* – nasceu em 1996 para explicar os serviços públicos e acesso a informação disponíveis em meio eletrônico para otimizar os resultados e a atuação da administração pública brasileira. (FERRER; SANTOS, 2004)

Ferrer e Santos (2004) propõem que existem cinco níveis de classificação de governos eletrônicos. São eles:

1 - Institucional – Nível dedicado à informatização das operações e serviços do governo para aproximá-lo do cidadão, tendo informações, publicações, documentos, entre outros acessos ao serviço do cidadão;

2 - Transacional – Onde os serviços públicos geram uma transação financeira, tendo como grande exemplo pregões eletrônicos;

3 - Colaborativo – Onde o cidadão não precisa conhecer a complexidade da máquina pública para conseguir acesso ao seu serviço ou informação, visto que o site já direciona sua consulta, por vezes em órgão interligados;

4 - Integração entre todos os níveis – Que permite que sistemas da base de governo sejam compartilhados e que um serviço utilize de diversas bases. Governos muito evoluídos utilizam deste modelo sofisticado de governo eletrônico;

5 - Personalização total – Onde o cidadão interage com o governo de forma personalizada.

Para que a mudança e a otimização acontecesse, algumas contribuições tiveram de ser feitas, entre elas, principalmente, o apoio incondicional do governo, que estabeleceu diretrizes gerais, fez parcerias para que o projeto acontecesse, focou na ação e não apenas no planejamento e burocracia e focou em expandir e priorizar projetos de serviços públicos, inovando e atualizando serviços essenciais para a população. Um dos maiores exemplos da dinâmica desse serviço é a declaração do imposto de renda no país. Em 2014 todas as declarações de imposto

de renda já são feitas exclusivamente em meio eletrônico. Em contra partida, mesmo com as facilidades do acesso ao serviço no mundo digital, num país como o Brasil surge uma grande dificuldade em relação à tecnologia: a exclusão digital. A desigualdade social tira do cidadão o acesso às telecomunicações, e conseqüentemente ao meio digital. (FERRER; SANTOS, 2004)

A gestão de custos no governo do Brasil também foi melhorada com o avanço da tecnologia da informação. Utilizando dados de sistemas contábeis e financeiros, a União criou o Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (SIC). Esse sistema gera informação para basear a alocação mais eficiente do gasto público. Para isso, o sistema montado conta com uma abordagem por macroprocesso, contando com a união de diversos atores: ministérios, entidades governamentais, comunidade acadêmica nacional e internacional, órgãos de controle externo, governos subnacionais, entre outros. O sistema permite que se tenha uma efetiva noção dos custos sob o olhar administrativo, admite um melhor planejamento, gestão, melhor gasto e um ordenamento uniforme dos órgãos vinculados. (MONTEIRO *et al*)

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Um dos elementos que desenvolve e conduz os caminhos das sociedades é o conhecimento. Conforme fala Lima e Miotto (2007), sendo o desenvolvimento econômico fator condicionante à produção de conhecimento, este também deve ser o principal motivo para a produção e encaminhamento de pesquisas.

Baseando-se no contexto agora apresentado e nas considerações da fundamentação teórica, o estudo tem por finalidade descrever os procedimentos metodológicos aplicados para atingir o objeto do presente trabalho.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Referente aos fins de investigação a pesquisa será descritiva, dando conta dos fatores que elucidam o sistema de custos e a administração pública brasileira.

Conforme afirma Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relação entre variáveis, podendo algumas inclusive determinar a natureza dessa relação.

Quanto aos meios utilizados para investigação do presente estudo, a pesquisa será bibliográfica e documental, sendo utilizados materiais publicados em revistas, jornais, redes eletrônicas ou outras acessíveis ao público em geral e também documentos oriundos da Autarquia de Segurança, Trânsito e Transportes de Criciúma – ASTC – para conclusão do objeto do projeto.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir de documentos já elaborados, sendo sua fonte principal em livros e artigos científicos. É a partir da pesquisa bibliográfica que o elaborador terá uma quantidade de material muito mais vasta do que se o mesmo o fosse pesquisar diretamente. Além desta, compõe o trabalho também a pesquisa documental, semelhante à pesquisa descritiva, porém tendo em sua fonte principal materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa. (GIL, 1999)

### 3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E POPULAÇÃO ALVO

A pesquisa será feita em caráter bibliográfico e documental, durante os meses de agosto a dezembro de 2014, onde a pesquisadora dedicará o tempo para análise da situação teórica e documental do estudo em questão, para delimitação e conclusão do objetivo do estudo.

Na cidade de Criciúma, com estimativa de 204.667 habitantes em 2014, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - utilizar-se-á a Autarquia de Segurança, Trânsito e Transportes – ASTC – para a delimitação da população alvo, objetivo do trabalho. A ASTC é o órgão de trânsito municipal, orientado para trabalhar com políticas públicas de segurança patrimonial e preventiva, planejamento e execução de projetos de trânsito e transportes e com a educação e cidadania para o trânsito. (IBGE, 2014; CRICIÚMA, 2009)

O trabalho seguirá as referidas fontes de pesquisa e base de coleta de dados, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1: Estruturação das fontes de pesquisa e base de coleta de dados

<b>AUTORES</b>	<b>PUBLICAÇÃO</b>
<b>MAUSS; SOUZA</b>	<b>2008</b>
<b>SANTOS</b>	<b>2006</b>
<b>MATIAS; PEREIRA</b>	<b>2007</b>
<b>ASTC</b>	<b>2014</b>

Fonte: Elaborado pela autora

### 3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Os dados utilizados neste estudo serão coletados a partir de pesquisas já realizada por outros, caracterizando os dados da pesquisa como oriundos de dados secundários.

### 3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados coletados na pesquisa receberão tratamento de abordagem qualitativa.

A abordagem qualitativa não emprega ferramentas estatísticas em seus dados. Seu tratamento parte de interesses e questões amplos, que se definem a medida que a pesquisa vai se desenvolvendo. Pode envolver lugares, pessoas e processos interativos, onde o pesquisador tem contato com a situação pesquisada, procurando compreender os fenômenos segundo os participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995)

Os dados serão obtidos após pesquisa teórica e análise dentro do órgão de trânsito do município de Criciúma.

### 3.5 SÍNTESE DE PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quadro 2: Síntese do delineamento da pesquisa

<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Tipo de Pesquisa Quanto aos Fins</b>	<b>Meios de Investigação</b>	<b>Classificação dos dados de Pesquisa</b>	<b>Técnica de Coleta de Dados</b>	<b>Procedimento de Coleta de Dados</b>	<b>Técnica de Análise de Dados</b>
Promover o levantamento bibliográfico sobre o tema análise de custos	Descritiva	Bibliográfico	Secundário	Sites oficiais e artigos	Levantamento de dados	Qualitativa
Promover o levantamento bibliográfico sobre o tema gestão pública	Descritiva	Bibliográfico	Secundário	Sites oficiais e artigos	Levantamento de dados	Qualitativa
Levantar documentos do órgão de trânsito relacionados à contabilidade do mesmo;	Descritiva	Documental	Secundário	Dados internos da empresa	Levantamento de relatórios ou procedimentos da empresa	Qualitativa
Verificar, dentro dos limites impostos pela Autarquia, a vinculação da teoria e prática do que foi levantado bibliográfica e documentalmente	Descritiva	Documental	Secundário	Dados Internos da empresa	Levantamento de relatórios ou procedimentos da empresa	Qualitativa

Fonte: Elaborado pela autora



## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

Este capítulo irá apresentar os resultados obtidos pela consulta de dados publicados pela prefeitura da cidade, para a da Autarquia de Segurança, Trânsito e Transportes de Criciúma – ASTC. Os dados foram obtidos por meio de publicações no Diário Oficial Eletrônico do município de Criciúma e por documentos fornecidos pelo setor contábil da ASTC, com a anuência do presidente da Autarquia. Serão apresentadas as diretrizes orçamentárias, os balanços Orçamentário, financeiro e patrimonial e após, será feita análise das mesmas referente ao plano de custos da Autarquia.

### 4.1 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2013

A contabilidade e publicação dos balanços oriundos da Autarquia respondem conforme as leis federais: Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, que dispõem sobre as Normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e sobre as normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, respectivamente.

A união, os estados, os municípios e o distrito federal seguem uma sequência de procedimentos determinados por lei, entre eles, a obrigatoriedade de publicar antes do exercício financeiro de cada governo seu saldo de receitas e despesas e seu plano orçamentário, não só para o exercício, mas para o ano em questão.

Analisando os dados publicados pela prefeitura, do ano de 2013, verifica-se o orçamento previsto para a ASTC, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do município – Lei 6.180 de 29 de Novembro de 2012:

“O orçamento da Autarquia de Segurança, Trânsito e Transporte de Criciúma - ASTC, para o exercício financeiro de 2013, estima a receita em R\$ 14.300.000,00 (quatorze milhões e trezentos mil reais) e Receita de Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Criciúma no montante de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e despesas de transferências financeiras para a Prefeitura Municipal de Criciúma no montante de R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais)”

#### 4.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ASTC EXERCÍCIO 2013

Acerca do regime contábil adotado pela empresa para os cálculos e registros do balanço orçamentário, o mesmo é feito de maneira mista, ou seja, as receitas e despesas são contabilizadas por regimes diferenciados. As receitas são apuradas pelo regime de caixa, sendo seu registro efetuado no ato em que as mesmas são recebidas. As despesas do balanço orçamentário são escrituradas por regime de competência, sendo informadas na hora do fato gerador, independentemente do pagamento ou não. Dentro da apresentação do balanço observa-se uma execução de receita e de despesa menor do que a previsão realizada para o referido ano, gerando então um superávit no balanço orçamentário da autarquia. Não se vê no balanço, além dos demonstrativos obrigatórios qualquer referência ao sistema de custos da empresa.

Quadro 3: Balanço Orçamentário do Exercício de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA				Betha Sistemas			
AUTARQUIA DE SEG, TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC				Exercício de 2013			
Anexo 12 - Balanço Orçamentário				Período: Janeiro à Dezembro			
Administração Indireta - AUTARQUIA DE SEG, TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC				Página: 1			
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	14.200.000,00	7.758.409,19	6.441.590,81	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR	14.651.000,00	10.282.308,39	4.368.691,61
Receita Tributária	3.660.000,00	1.379.893,15	2.280.106,85	Despesas Corrente	12.761.000,00	9.403.651,41	3.357.348,59
Receita Patrimonial	630.000,00	408.717,21	221.282,79	Despesas de Capital	1.069.000,00	352.747,66	716.252,34
Outras Receitas Correntes	9.910.000,00	5.971.420,82	3.938.579,18	Despesas Intra-Orçamentárias Corrente	821.000,00	525.909,32	295.090,68
(-) Deduções da Receita Corrente	0,00	-1.621,99	1.621,99	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	963.699,00	-963.699,00
Receitas de Capital	100.000,00	0,00	100.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	963.699,00	-963.699,00
Alienação de Bens	20.000,00	0,00	20.000,00				
Transferências de Capital	80.000,00	0,00	80.000,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	4.315.040,41	-4.315.040,41				
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	4.315.040,41	-4.315.040,41				
<b>SOMA</b>	<b>14.300.000,00</b>	<b>12.073.449,60</b>	<b>2.226.550,40</b>	<b>SOMA</b>	<b>14.651.000,00</b>	<b>11.246.007,39</b>	<b>3.404.992,61</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>351.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>351.000,00</b>	<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>827.442,21</b>	<b>-827.442,21</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14.651.000,00</b>	<b>12.073.449,60</b>	<b>2.577.550,40</b>	<b>TOTAL</b>	<b>14.651.000,00</b>	<b>12.073.449,60</b>	<b>2.577.550,40</b>

Fonte: Contabilidade – ASTC (2013)

#### 4.3 BALANÇO FINANCEIRO ASTC EXERCÍCIO 2013

Apresenta-se a seguir o balanço do exercício financeiro de 2013 da ASTC. Observa-se que a soma das despesas é menor do que a receita arrecadada. O exercício foi precedido por um saldo positivo e gerou também um saldo positivo,

deixando um resultado bom para o exercício seguinte, com recursos para serem utilizados. Não se vê no balanço, além dos demonstrativos obrigatórios qualquer referência ao sistema de custos da empresa.

#### Quadro 4: Balanço Financeiro do Exercício de 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>12.073.449,60</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>11.246.007,39</b>
<b>Receitas</b>	<b>7.758.409,19</b>	<b>Despesas</b>	<b>10.282.308,39</b>
Receitas Correntes	7.758.409,19	Despesas Correntes	9.403.651,41
Receita Tributária	1.379.893,15	Pessoal e Encargos Sociais	3.694.462,12
Receita Patrimonial	408.717,21	Outras Despesas Correntes	5.709.189,29
Outras Receitas Correntes	5.971.420,82	Despesas de Capital	352.747,66
(-) Deduções da Receita Corrente	-1.621,99	Investimentos	352.747,66
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>4.315.040,41</b>	Despesas Intra-Orçamentárias	525.909,32
Transferências Financeiras Recebidas	4.315.040,41	Pessoal e Encargos Sociais	525.909,32
		<b>INTERFERÊNCIAS PASSIVAS</b>	<b>963.699,00</b>
		Transferências Financeiras Concedidas	963.699,00
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.495.744,34</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.072.848,29</b>
Depósitos	766.943,42	Depósitos	713.003,21
Consignações	766.943,42	Consignações	713.003,21
Restos a Pagar	728.760,92	Restos a Pagar	359.485,08
Obrigações a Pagar	728.760,92	Obrigações a Pagar	359.485,08
Fornecedores	305.847,81	Fornecedores	189.503,63
Pessoal a Pagar	3.816,81	Pessoal a Pagar	240,80
Encargos Sociais a Recolher	104.002,36	Encargos Sociais a Recolher	37.395,80
Restos a Pagar Não Processados	307.658,76	Restos a Pagar Não Processados	125.566,72
Obrigações Tributárias	7.435,18	Obrigações Tributárias	6.778,13
Acréscimos Patrimoniais	40,00	Decréscimos Patrimoniais	360,00
<b>SOMA</b>	<b>13.569.193,94</b>	<b>SOMA</b>	<b>12.318.855,68</b>
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>435.877,18</b>	<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>1.686.215,44</b>
Caixa	2.110,00	Caixa	1.750,00
Bancos Conta Movimento	207.559,20	Bancos Conta Movimento	825.327,83
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	226.207,98	Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	647.382,36
		Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	211.755,25
<b>TOTAL</b>	<b>14.005.071,12</b>	<b>TOTAL</b>	<b>14.005.071,12</b>

Fonte: Contabilidade – ASTC (2013)

#### 4.4 BALANÇO PATRIMONIAL ASTC EXERCÍCIO 2013

Dentro do balanço patrimonial da organização é adotado o regime contábil por competência, ou seja, as receitas e despesas são informadas na hora em que o fato gerador acontece, independentemente do pagamento ou não. Analisa-

se que a organização, de acordo com o balanço, possui um saldo patrimonial positivo, contando com uma diferença substancial entre o ativo e o passivo real. Não se vê no balanço, além dos demonstrativos obrigatórios qualquer referência ao sistema de custos da empresa.

Quadro 5: Balanço Patrimonial do Exercício de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA		Belha Sistemas	
AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC		Exercício 2013	
Anexo 14 - Balanço Patrimonial		Período: Janeiro à Dezembro	
Administração Indireta - AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC		Página: 1	
ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
<b>FINANCEIRO</b>	<b>1.686.215,44</b>	<b>FINANCEIRO</b>	<b>822.047,67</b>
DISPONÍVEL	1.686.215,44	DEPÓSITOS	93.286,75
Caixa	1.750,00	Consignações	93.286,75
Bancos Conta Movimento	825.327,83	RESTOS A PAGAR	728.760,92
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	647.382,36	Obrigações a Pagar	728.760,92
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	211.755,25		
<b>PERMANENTE</b>	<b>15.874.810,71</b>		
DÍVIDA ATIVA	718.996,32		
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a (Curto Prazo)	110.000,00		
Crédito em Processo de Inscrição Dívida Ativa	580.214,93		
Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Longo Prazo)	28.781,39		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	33.821,91		
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	33.821,91		
IMOBILIZADO	15.121.992,48		
Bens Imóveis	14.354.868,04		
Bens Móveis	767.124,44		
<b>ATIVO REAL</b>	<b>17.561.026,15</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>822.047,67</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>16.738.978,48</b>
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	16.738.978,48
<b>COMPENSADO</b>	<b>1.686.215,44</b>	<b>COMPENSADO</b>	<b>1.686.215,44</b>
Execução da Programação Financeira	1.686.215,44	Execução da Programação Financeira	1.686.215,44
<b>TOTAL</b>	<b>19.247.241,59</b>	<b>TOTAL</b>	<b>19.247.241,59</b>

Fonte: Contabilidade – ASTC (2013)

#### 4.5 SISTEMAS DE CUSTOS UTILIZADO PELA ASTC E LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Sabendo que dentro de uma empresa privada usa-se muito o sistema e a contabilidade de custos, cabe à curiosidade humana perguntar-se porque a mesma não é devidamente utilizada no setor público. Usualmente, numa organização privada é essencial utilizar o sistema de custos para que se quantifique e dê preço

ao produto ou serviço a ser prestado. Para que se atenda a essa necessidade faz-se o uso dos sistemas de custeio, do centro de custos do serviço, da margem de lucro, e de critérios necessários para saber se há lucro ou se o serviço está dando prejuízo à empresa, criando em si uma necessidade gerencial do uso do sistema e da contabilidade de custos. Dentro da empresa pública esse foco é totalmente diferente, visando solução dos problemas apresentados e satisfação da necessidade comum de uma população, desviando da necessidade de obtenção de dividendos dentro do serviço oferecido. (CASTRO, 2013)

Conforme informa Castro (2013) na contabilidade dentro do setor público o tema custos já esteve presente em legislações que tratavam de orçamento, mencionando que a organização deveria manter um sistema de custos, mas nunca orientou ou afirmou como seria a fiscalização, nem frisou casos onde sua implantação ou não utilização não aconteceria, deixando brechas no seu legado. Dentro das últimas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao setor Público, publicada em 2012, o capítulo 16 menciona em seu conteúdo a implantação de um subsistema de informação de custos dentro das organizações, sendo que as legislações vigentes ainda não reformaram as avaliações públicas, os métodos de fiscalização para implantação do sistema e as bases de orçamentos e empenhos dos custos, trazendo assim conceitos importantes, mas que com o passar do tempo perdem sua efetividade.

No caso da Autarquia de Segurança, Trânsito e Transportes de Criciúma, verificando sua contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, estas participantes da contabilidade do município, nota-se que não existe um subsistema ou um método agregado para que se pratique à análise de custos e se garanta uma maior efetividade e um menor desperdício dentro das contas do órgão. A empresa obedece à legislação pertinente quanto às demonstrações e a transparência das receitas e despesas aplicadas durante o ano corrente, mas não utiliza um método de custeio ou um sistema de custos que possa auxiliar na gestão e na melhor administração do órgão de trânsito do município.

Os balanços apresentados conversam entre si, marcando um superávit nas contas orçamentárias e um fluxo positivo no caixa da Autarquia, indicando que dentro do plano de contas proposto para a ASTC, o balanço indicou um saldo financeiro positivo para o exercício seguinte da empresa. Visto que não existe um sistema de custos aplicado e a legislação não indica previsão de obrigatoriedade de

demonstração de resultados e avaliação dos mesmos no órgão, restam dúvidas quanto à aplicação do recurso, das receitas e despesas da Autarquia, não podendo avaliar ou entender de forma adequada os custos envolvidos na administração.

## 5 CONCLUSÃO

A administração pública está evoluindo sua gestão e seus preceitos com o passar do tempo, procurando aliar sua expectativa de planejamento, controle, visão e sua maior efetividade com as necessidades da população, seus desejos de melhoria, uma maior igualdade entre o povo e a qualidade de vida almejada pelas pessoas. O governo, dentro de todas as esferas, deve procurar por meio de uma administração consciente e responsável sanar as contrariedades e assistir o povo em seus pedidos, assim como a população deve procurar formas de fiscalização dos atos dos governos, e contribuição para a melhora dos serviços, atingindo assim, o bem coletivo que deve ser um objetivo de todas as pessoas.

O sistema de custos dentro de uma empresa, seja ela pública ou privada, passou de fator contábil para estratégia de gestão, sendo uma ferramenta de planejamento, controle e uma estratégia de gerenciar a empresa, dando conta de falhas de administração e utilizando mais e melhor os recursos absorvidos por uma instituição. Cabe ao gestor, aliar sua administração à um sistema de custos eficiente, integrando ele à sistemática dos serviços da empresa.

O estudo realizado procurou explanar um pouco de matérias tão amplas quanto estas, dando maior clareza de um pouco do que é a grandeza da administração de órgãos públicos, estes atingindo toda uma população, um pouco da história de como se vem administrando o país e elucidando uma ponta da contabilidade de custos, matéria esta afim da administração gerencial, essencial para a formação e presente na atuação de grande parte da carreira de um administrador.

Analisando o primeiro objetivo específico, de fazer o levantamento bibliográfico sobre o tema análise de custos, pode-se conhecer a base de como funciona o custo gerencial dentro de uma organização e principalmente como estes podem fazer parte de uma organização de fim público. Mencionou-se alguns sistemas de custeio com suas especificidades e a legislação pertinente para o setor estudado.

O segundo objetivo específico do estudo, de fazer o levantamento bibliográfico sobre o tema gestão pública, tornou mais claro um pouco da história da administração do país, bem como explanou conceitos pertinentes e importantes para

o entendimento de todo o projeto, verificando considerações e bases importantes para entender a experiência do órgão de trânsito da cidade de Criciúma.

O terceiro e quarto objetivos específicos do trabalho, de levantar documentos e verificar a ausência ou presença da análise de custos dentro da Autarquia, foram essenciais para conclusão do objetivo geral do estudo, para entender os balanços apresentados da ASTC e verificar a existência de um plano de custos inserido no órgão.

A pesquisa limitou-se à verificação do sistema de custos na Autarquia do município, sendo este estudo possível dentro da contabilidade de todo o município ou em outros órgãos isolados dentro da gestão municipal.

Concluiu-se, com todo trabalho apresentado, que os temas apresentados são de importância e relevância da população, não apenas do município estudado, que a análise feita é interessante para conhecimento do município e o estudo relevante para acadêmicos ou pessoas interessadas, visto que pouco se vê legislações com a interação dos assuntos. Nota-se uma constante e crescente evolução nas matérias abordadas, enaltecendo o serviço prestado e melhorando um ofício utilizado por toda uma população.

De acordo com os dados levantados durante a pesquisa e com as verificações feitas pelos balanços da empresa, nota-se que a Autarquia não tem um sistema de custos inserido na sua contabilidade, bem como não apresenta nenhum método de custeio definido para avaliar os gastos na organização, que seriam de grande relevância para a análise dos recursos empregados dentro do órgão. De acordo com os métodos de custeio apresentados nesse trabalho, e sabendo da diversidade dos serviços apresentados na Autarquia, apesar da complexidade e do investimento, uma sugestão de método mais significativo em questão de análise de custos seria o baseado em atividades – ABC, que diria com riqueza de detalhes, se nos serviços empregados, os recursos estão sendo utilizados com efetividade.



## REFERÊNCIAS

ABRUCCIO, Fernando Luiz, A trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas, Rio de Janeiro, **Revista da Administração Pública**, Edição Especial Comemorativa 67-86, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000700005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000700005&script=sci_arttext), acesso em: 20/06/2014 as 16:30 horas.

ALMEIDA, André Graf de, BORBA, José Alonso, FLORES, Luis Carlos da Silva, A utilização das informações de custos na gestão da saúde pública: um estudo preliminar em secretarias municipais de saúde do estado de Santa Catarina, **Revista de administração Pública**, Rio de Janeiro, Maio/Junho 2009, disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6702/5285> acesso em 19/05/2014 as 11:00 horas

BERTÓ, Dalvio José, BEULKE, Rolando, **Gestão de Custos**, 3 edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2013.

BRASIL, Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, DF, 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0200compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200compilado.htm) acesso dia 19/05/2014 as 19:29 horas

CASTRO, Domingos Poubelde, **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**, 5 edição, São Paulo, Editora Atlas, 2013.

CHERMAN, Bernardo Creimer, **Contabilidade de custos: teoria e exercícios**, Rio de Janeiro, Editora Ferreira, 2008.

CRICIÚMA, Lei Nº 5.390, de 6 de novembro de 2009. Dispõe sobre a transformação da Empresa Pública de Trânsito e Transporte de Criciúma – EPTC em Autarquia de Segurança, Trânsito e Transporte de Criciúma – ASTC, e dá outras providências. Governo do Município, Criciúma, SC, 2009. Disponível em: [http://camara.virtualiza.net/conteudo\\_detalhe.php?id=11178&tipo=I&criterio=](http://camara.virtualiza.net/conteudo_detalhe.php?id=11178&tipo=I&criterio=) acesso em 19/05/2014 as 20:00 horas.

FEIJÓ, Paulo Henrique, RIBEIRO, Carlos Eduardo, **Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público**, 1 Ed, Brasília, Editora Gestão Pública, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; FERREIRA, Marina Baird; ANJOS, Margarida dos. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010

FERRER, Florencia, SANTOS, Paula, **E-government: o governo eletrônico no Brasil**, São Paulo, Saraiva, 2004.

GIL, Antonio Carlos, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 5 edição, São Paulo, Editora Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt, Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais, **Revista de Administração de Empresas**, Mar-Abri 1995, São Paulo, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf> acesso em 26/06/2014 as 20:00 horas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014, disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420460&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas> acesso em 13/09/2014 as 11:45 horas.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de, MIOTO, Regina Celia Tamasso, Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica, **Revista Katal**, Florianópolis, volume 10, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf> acesso em 19/06/2014 as 14:30:00 horas.

MATIAS, Alberto Borges; CAMPELLO, Carlos A.G.B. **Administração Financeira Municipal**. São Paulo: Atlas, 2000.

MATIAS-PEREIRA, José, Administração Pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia, **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, jan-fev 2008

MATIAS-PEREIRA, José; **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

MAUSS, César Volnei; SOUZA, Marcos Antonio de. **Gestão de Custos Aplicada ao Setor Público**: modelo para mensuração e análise de eficiência e eficácia governamental. São Paulo: Atlas, 2008.

MONTEIRO, Bento Rodrigo Pereira, PEREIRA, Maria Clara Estevam, SANTOS, Welinton Vitor dos, HOLANDA, Victor Branco de, O Processo de Implantação do Sistema de Informação de Custos do governo Federal do Brasil, **Sistema de Informação de Custos do Governo Federal**, disponível em: [http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Sistema\\_Informacao\\_custos/downloads/PROCESSO\\_DE\\_IMPLANTACAO\\_DO\\_SIC.pdf](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Sistema_Informacao_custos/downloads/PROCESSO_DE_IMPLANTACAO_DO_SIC.pdf), acesso em: 12/05/2014 as 14:21 horas.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser; SPINK, Peter. **Reforma do estado e Administração Pública Gerencial**, 7 edição, Rio de Janeiro: 2006

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, Uma Reforma gerencial da Administração Pública no Brasil, **Revista do Serviço Público**, jan-mar 1998, disponível em: [http://www.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=2888](http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2888) acesso em: 20/05/2014 as 19:15 horas.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Maria Angelica Borges dos; MADEIRA, Fátima Carvalho; PASSOS, Sonia Regina Lambert; BARKS, Felipe; OLIVEIRA, KlíviaBrayner de; ANDREAZZI, Marco AntonioRatzsch de, Autonomia financeira em estabelecimentos públicos e privados de saúde no Brasil, **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol 30, n 1, jan 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2014000100201&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2014000100201&lng=pt&nrm=iso&tlng=en) acesso em 19/05/2014 as 11:30 horas

SCHNEIDER, César, MIGUEL, Marcos Portella. **Manual de Contabilidade Pública**, 1 Edição, São Paulo, 2013.

SILVA, Christine Oliveira Peter da, A Reforma Administrativa e a emenda n 19/98: uma análise panorâmica, **Revista Jurídica Virtual**, Vol 1, n 1, Brasília: 1999 disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_01/Reforma%20Administrativa.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_01/Reforma%20Administrativa.htm), acesso dia 13/05/2014 as 15:45 horas.

TEIXIERA, Hélio Janny; SANTANA, Solange Maria, **Remodelando a Gestão Pública**, São Paulo, Editora Edgard Blucher, 1994.

TROSA, Sylvie, **Gestão Pública por Resultados, Quando o Estado se compromete**, Rio de Janeiro, ENAP, 2001

**ANEXOS**

## ANEXO A: BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Administração Indireta - AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC

Betha Sistemas

Exercício 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
<b>FINANCEIRO</b>	<b>1.686.215,44</b>	<b>FINANCEIRO</b>	<b>822.047,67</b>
DISPONÍVEL	1.686.215,44	DEPÓSITOS	93.286,75
Caixa	1.750,00	Consignações	93.286,75
Bancos Conta Movimento	825.327,83	RESTOS A PAGAR	728.760,92
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	647.382,36	Obrigações a Pagar	728.760,92
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	211.755,25		
<b>PERMANENTE</b>	<b>15.874.810,71</b>		
DÍVIDA ATIVA	718.996,32		
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a (Curto Prazo)	110.000,00		
Crédito em Processo de Inscrição Dívida Ativa	580.214,93		
Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Longo Prazo)	28.781,39		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	33.821,91		
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	33.821,91		
IMOBILIZADO	15.121.992,48		
Bens Imóveis	14.354.868,04		
Bens Móveis	767.124,44		
<b>ATIVO REAL</b>	<b>17.561.026,15</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>822.047,67</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>16.738.978,48</b>
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	16.738.978,48
<b>COMPENSADO</b>	<b>1.686.215,44</b>	<b>COMPENSADO</b>	<b>1.686.215,44</b>
Execução da Programação Financeira	1.686.215,44	Execução da Programação Financeira	1.686.215,44
<b>TOTAL</b>	<b>19.247.241,59</b>	<b>TOTAL</b>	<b>19.247.241,59</b>

Criciúma, 12/08/2014

GIOVANNI ZAPPELLINI

Presidente

ALUCHAN COLLODEL FELISBERTO

Contador - CRC/SC N° 034311/O-7

## ANEXO B: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EXERCÍCIO 2013

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Indireta - AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	14.200.000,00	7.758.409,19	6.441.590,81	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR	14.651.000,00	10.282.308,39	4.368.691,61
Receita Tributária	3.660.000,00	1.379.893,15	2.280.106,85	Despesas Corrente	12.761.000,00	9.403.651,41	3.357.348,59
Receita Patrimonial	630.000,00	408.717,21	221.282,79	Despesas de Capital	1.069.000,00	352.747,66	716.252,34
Outras Receitas Correntes	9.910.000,00	5.971.420,82	3.938.579,18	Despesas Intra-Orçamentárias Corrente	821.000,00	525.909,32	295.090,68
(-) Deduções da Receita Corrente	0,00	-1.621,99	1.621,99	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	963.699,00	-963.699,00
Receitas de Capital	100.000,00	0,00	100.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	963.699,00	-963.699,00
Alienação de Bens	20.000,00	0,00	20.000,00				
Transferências de Capital	80.000,00	0,00	80.000,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	4.315.040,41	-4.315.040,41				
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	4.315.040,41	-4.315.040,41				
<b>SOMA</b>	<b>14.300.000,00</b>	<b>12.073.449,60</b>	<b>2.226.550,40</b>	<b>SOMA</b>	<b>14.651.000,00</b>	<b>11.246.007,39</b>	<b>3.404.992,61</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>351.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>351.000,00</b>	<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>827.442,21</b>	<b>-827.442,21</b>
<b>TOTAL</b>	<b>14.651.000,00</b>	<b>12.073.449,60</b>	<b>2.577.550,40</b>	<b>TOTAL</b>	<b>14.651.000,00</b>	<b>12.073.449,60</b>	<b>2.577.550,40</b>

Criciúma, 12/08/2014

GIOVANNI ZAPPELLINI

Presidente

ALUCHAN COLLODEL FELISBERTO

Contador - CRC/SC N°034311/O-7

## ANEXO C: BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO 2013

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA -

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Betha Sistemas  
Exercício de 2013  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

## Administração Indireta - AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>12.073.449,60</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>11.246.007,39</b>
<b>Receitas</b>	<b>7.758.409,19</b>	<b>Despesas</b>	<b>10.282.308,39</b>
Receitas Correntes	7.758.409,19	Despesas Correntes	9.403.651,41
Receita Tributária	1.379.893,15	Pessoal e Encargos Sociais	3.694.462,12
Receita Patrimonial	408.717,21	Outras Despesas Correntes	5.709.189,29
Outras Receitas Correntes	5.971.420,82	Despesas de Capital	352.747,66
(-) Deduções da Receita Corrente	-1.621,99	Investimentos	352.747,66
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>4.315.040,41</b>	Despesas Intra-Orçamentárias	525.909,32
Transferências Financeiras Recebidas	4.315.040,41	Pessoal e Encargos Sociais	525.909,32
		<b>INTERFERÊNCIAS PASSIVAS</b>	<b>963.699,00</b>
		Transferências Financeiras Concedidas	963.699,00
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.495.744,34</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.072.848,29</b>
Depósitos	766.943,42	Depósitos	713.003,21
Consignações	766.943,42	Consignações	713.003,21
Restos a Pagar	728.760,92	Restos a Pagar	359.485,08
Obrigações a Pagar	728.760,92	Obrigações a Pagar	359.485,08
Fornecedores	305.847,81	Fornecedores	189.503,63
Pessoal a Pagar	3.816,81	Pessoal a Pagar	240,80
Encargos Sociais a Recolher	104.002,36	Encargos Sociais a Recolher	37.395,80
Restos a Pagar Não Processados	307.658,76	Restos a Pagar Não Processados	125.566,72
Obrigações Tributárias	7.435,18	Obrigações Tributárias	6.778,13
Acréscimos Patrimoniais	40,00	Decréscimos Patrimoniais	360,00
<b>SOMA</b>	<b>13.569.193,94</b>	<b>SOMA</b>	<b>12.318.855,68</b>
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>435.877,18</b>	<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>1.686.215,44</b>
Caixa	2.110,00	Caixa	1.750,00
Bancos Conta Movimento	207.559,20	Bancos Conta Movimento	825.327,83
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	226.207,98	Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	647.382,36
		Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	211.755,25
<b>TOTAL</b>	<b>14.005.071,12</b>	<b>TOTAL</b>	<b>14.005.071,12</b>

Criciúma, 12/08/2014

GIOVANNI ZAPPELLINI  
PresidenteALUCHAN COLLODEL FELISBERTO  
Contador - CRC/SC N°034311/O-7

# ANEXO D: BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistem

AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC

Exercício 2013

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Indireta - AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC

A Lei de Meios, para o exercício de 2013 de nº 6180 de 29 de Novembro de 2012, estimou a receita em 14.300.000,00 e fixou a despesa em 12.000.000,00. Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro a seguir:

DESPESA FIXADA:		12.000.000,00
+ Créditos Suplementares:	6.107.250,00	
+ Créditos Especiais:	0,00	6.107.250,00
- Reduções:		3.456.250,00
DESPESA AUTORIZADA:		14.651.000,00

**Créditos Adicionais:**  
No exercício considerado, foram autorizados 110 crédito(s) suplementares que somaram R\$ 6.107.250,00, e 0 crédito(s) especiais no valor de R\$ 0,00, usados para cobertura dos créditos em referência, os recursos abaixo discriminados, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Reduções:		3.456.250,00
Despesa a Maior		2.651.000,00
TOTAL:		6.107.250,00

**ANÁLISE DA RECEITA**

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 7.758.409,19, verificando-se uma arrecadação a menor de R\$ 6.541.590,81, como demonstramos a seguir:

Receita Prevista	14.300.000,00
Arrecadação a Menor	-6.541.590,81
Receita Arrecadada	7.758.409,19

O comportamento da Receita do exercício considerado traduz-se como segue:

Titulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças
RECEITAS	14.300.000,00	7.758.409,19	-6.541.590,81
RECEITAS CORRENTES	14.200.000,00	7.758.409,19	-6.441.590,81
RECEITA TRIBUTARIA	3.660.000,00	1.379.437,35	-2.280.562,65
TAXAS	3.660.000,00	1.379.437,35	-2.280.562,65
RECEITA PATRIMONIAL	630.000,00	408.717,21	-221.282,79
RECEITAS IMOBILIARIAS	15.000,00	13.340,85	-1.659,15
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	95.000,00	30.830,43	-64.169,57
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	520.000,00	364.545,93	-155.454,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.910.000,00	5.970.254,63	-3.939.745,37
Multas e Juros de Mora	9.760.000,00	5.872.835,60	-3.887.164,40
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000,00	6.599,00	-73.401,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	60.000,00	90.820,03	30.820,03
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	0,00	-10.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	-100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	0,00	-20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	0,00	-20.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	80.000,00	0,00	-80.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	80.000,00	0,00	-80.000,00
Totais:	14.300.000,00	7.758.409,19	-6.541.590,81

As transferências Correntes e de Capital da União e do Estado, no montante de R\$ 0,00 correspondem a 0,0000% do total arrecadado.

O comportamento da receita nos três últimos exercícios foi o seguinte:

Exercícios	Próprias	Transferências	De Capital	Total
2010	5.698.233,09	0,00	0,00	5.698.233,09
2011	9.112.764,40	0,00	23.000,00	9.135.764,40
2012	8.034.525,83	0,00	4.000,00	8.038.525,83
2013	7.758.409,19	0,00	0,00	7.758.409,19

**ANÁLISE DA DESPESA**

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 6180 foi de R\$ 12.000.000,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 10.282.308,39, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Titulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS CORRENTES	13.582.000,00	9.929.560,73	-3.652.439,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.326.000,00	4.220.371,44	-2.105.628,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.256.000,00	5.709.189,29	-1.546.810,71
DESPESAS DE CAPITAL	1.069.000,00	352.747,66	-716.252,34
INVESTIMENTOS	1.069.000,00	352.747,66	-716.252,34



# ANEXO D: BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistem

Exercício 20

## AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Indireta - AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE

CRICIUMA - ASTC

### ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa inicialmente autorizada pela Lei nº 6180 foi de R\$ 12.000.000,00.

A Despesa realizada alcançou R\$ 10.282.308,39, importância esta que foi distribuída da seguinte forma:

Titulos	Autorizada R\$	Realizada R\$	Diferenças R\$
DESPESAS DE CAPITAL	1.069.000,00	352.747,66	-716.252,34
INVESTIMENTOS	1.069.000,00	352.747,66	-716.252,34
Total	14.651.000,00	10.282.308,39	-4.368.691,61

55,5244 % do total. A maior contratação de dispêndio deu-se em OUTRAS DESPESAS CORRENTES : R\$ 5.709.189,29 , que representa

foi a seguinte: O comportamento da despesa realizada nos últimos três exercícios, destacando-se as despesas correntes das de capital

	DESPESAS REALIZADAS		
	Correntes	Capital	Total
2010	5.000.992,37	557.265,20	5.558.257,57
2011	8.099.728,39	1.846.780,95	9.946.509,34
2012	8.271.520,16	72.928,65	8.344.448,81
2013	9.929.560,73	352.747,66	10.282.308,39

### Confronto da Receita e Despesa

A execução orçamentária alcançou as seguintes cifras:

<b>DESPESA AUTORIZADA</b>		
Créditos Orçamentários		12.000.000,00
Créditos Suplementares:		6.107.250,00
Créditos Especiais:		0,00
- Reduções:		3.456.250,00
<b>Total</b>		<b>14.651.000,00</b>
<b>DESPESA REALIZADA</b>		
Orçamentária		10.282.308,39
Despesa a Menor		-4.368.691,61
<b>RECEITA ARRECADADA</b>		<b>7.758.409,19</b>
(-) Receita Prevista		14.300.000,00
<b>RECEITA A MENOR</b>		<b>-6.541.590,81</b>

# ANEXO D: BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

AUTARQUIA DE SEG, TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC

Exercício 2013

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Indireta - AUTARQUIA DE SEG, TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC

GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da Gestão Financeira, desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentária, além daquelas que, por natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no fim do exercício.

As operações financeiras se processam conforme Demonstrativo a seguir:

Saldos do início do exercício	435.877,18
RECEITA ARRECADADA	
Orçamentária	7.758.409,19
Interferências Ativas	4.315.040,41
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
Depósitos	766.833,02
Restos a Pagar	728.760,92
Acréscimos Patrimoniais	40,00
TOTAL	14.004.960,72
DESPESA REALIZADA	
Orçamentária	
Empenhada e Paga	9.553.547,47
Empenhada a Pagar	728.760,92
Interferências Passivas	963.699,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
Depósitos	712.892,81
Restos a Pagar	359.485,08
Decrécimos Patrimoniais	360,00
Saldo em 31/12/2013	1.686.215,44
TOTAL	14.004.960,72

O saldo acima confere com o saldo constante do Ativo Disponível do Balanço Patrimonial, bem como a existência verificada em 31 de Dezembro de 2013.

## BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o Patrimônio do Município, demonstrando a situação de Bens, Direitos e Obrigações em determinado momento, considerada a origem e aplicação dos recursos à disposição das Aziendas Públicas.

ATIVO FINANCEIRO	
DISPONÍVEL	1.686.215,44
Total do Ativo Financeiro	1.686.215,44
PASSIVO FINANCEIRO	
DEPÓSITOS	93.286,75
RESTOS A PAGAR	728.760,92
Total do Passivo Financeiro	822.047,67
ATIVO FINANCEIRO LÍQUIDO	864.167,77

Por ser terno, a representação do Patrimônio Permanente deu-se assim:

ATIVO PERMANENTE	
DÍVIDA ATIVA	718.996,32
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	33.821,91
IMOBILIZADO	15.121.992,48
Total do Ativo Permanente	15.874.810,71
SALDO PATRIMONIAL (Ativo Real Líquido)	

A Dívida Flutuante, no montante de R\$ 822.047,67, encontra-se assim discriminada:

DEPÓSITOS	93.286,75
RESTOS A PAGAR	728.760,92
TOTAL	822.047,67

O Saldo da Dívida apresenta a seguinte situação em 31/12/2013:

Saldo do Exercício Anterior	398.831,62 D
Nova Formação da Dívida	1.495.593,94 D
( - ) Amortização no Exercício	1.072.377,89 D
Saldo do Exercício de 2013	822.047,67 D

## ANEXO D: BALANÇO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

Exercício 2013

### AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC

Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Administração Indireta - AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE

#### DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações sofridas pelo Patrimônio estão demonstradas no anexo nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais) e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

RECEITA EFETIVA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1)	7.758.409,19
INTERFERÊNCIAS ATIVAS (2)	4.315.040,41
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (3)	93.734,11
Total	12.167.183,71
DESPESA EFETIVA	
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (4)	10.282.308,39
INTERFERÊNCIAS PASSIVAS (5)	963.699,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS (6)	90.820,03
Total	11.336.827,42
Superávit (7)	830.356,29
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Variações Ativas	16.307.813,81
Variações Passivas	15.727.918,88
Total (8)	579.894,93
SUPERÁVIT PATRIMONIAL	1.410.251,22

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária, Financeira e Econômica do exercício de 2013, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Criciúma, 28/02/2014

\_\_\_\_\_  
GIOVANNI ZAPPELLINI  
Presidente

\_\_\_\_\_  
ALUCHAN COLLODEL FELISBERTO  
Contador - CRC/SC N° 034311/O-7

## ANEXO E: DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA -

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

Administração Indireta - AUTARQUIA DE SEG,TRANS E TRANSP DE CRICIUMA - ASTC

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
<b>RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>Receitas</b>	<b>7.758.409,19</b>	<b>Despesas</b>	<b>10.282.308,39</b>
Receitas Correntes	7.758.409,19	Despesas Correntes	9.403.651,41
Receita Tributária	1.379.893,15	Pessoal e Encargos Sociais	3.694.462,12
Receita Patrimonial	408.717,21	Outras despesas correntes	5.709.189,29
Outras Receitas Correntes	5.971.420,82	Despesas de Capital	352.747,66
(-) Deduções da Receita Corrente	-1.621,99	Investimentos	352.747,66
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>4.315.040,41</b>	Despesas Intra-Orçamentárias	525.909,32
Transferências Financeiras Recebidas	4.315.040,41	Pessoal e Encargos Sociais	525.909,32
		<b>INTERFERÊNCIAS PASSIVAS</b>	<b>963.699,00</b>
		Transferências Financeiras Concedidas	963.699,00
<b>MUTAÇÕES PATRIMONIAIS</b>		<b>MUTAÇÕES PATRIMONIAIS</b>	
<b>INCORPORAÇÕES DE ATIVOS</b>	<b>93.734,11</b>	<b>DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>90.820,03</b>
Aquisições de Bens	93.734,11	Liquidação de Créditos	90.820,03
Bens Móveis	93.734,11	Recebimento de Dívida Ativa	90.820,03
<b>INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>	<b>15.727.558,88</b>	<b>INTERFERÊNCIAS PASSIVAS</b>	<b>15.727.558,88</b>
Interferências Ativas	15.727.558,88	Interferências Passivas	15.727.558,88
<b>ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS</b>	<b>580.254,93</b>	Demais Variações Patrimoniais Passivas	360,00
Incorporações de Ativos	580.214,93		
Incorporação de Direitos	580.214,93		
Créditos a Receber	580.214,93		
Créditos Tributários	514.788,27		
Outros Créditos a Receber	65.426,66		
Cancelamento de Restos a Pagar	40,00		
<b>Total das Variações Ativas</b>	<b>28.474.997,52</b>	<b>Total das Variações Passivas</b>	<b>27.064.746,30</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	
		Superávit Verificado	1.410.251,22
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>28.474.997,52</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>28.474.997,52</b>

Criciúma, 12/08/2014

\_\_\_\_\_  
GIOVANNI ZAPPELLINI  
Presidente

\_\_\_\_\_  
ALUCHAN COLLODEL FELISBERTO  
Contador - CRC/SC N° 034311/O-7